

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DOS
POVOS TRADICIONAIS AMAZÔNICOS À LUZ DA OBRA “A SELVA”**

TAYZE COSTA DE MORAES

**DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DOS
POVOS TRADICIONAIS AMAZÔNICOS À LUZ DA OBRA “A SELVA”**

Monografia apresentada a Banca Avaliadora do
Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST
da Universidade do Estado do Amazonas –
UEA como requisito para conclusão do curso de
Licenciatura em História.

Prof. Dr. Yomarley Lopes Holanda

TEFÉ

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

MORAES, Tayze Costa De. **Diálogos entre história e literatura: representações dos povos tradicionais amazônicos à luz da obra “a selva”**. Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História.

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST).

Orientador: Prof. Dr. Yomarley Lopes de Holanda

p. 41

Palavras chaves: História; Literatura; Representação, Povos Amazônicos.

TERMO DE APROVAÇÃO

TAYZE COSTA DE MORAES

DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DOS POVOS TRADICIONAIS AMAZÔNICOS À LUZ DA OBRA “A SELVA”

Esta Monografia foi julgada para obtenção do título de licenciado em História, e aprovada em sua forma final pelo curso de História.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Yomarley Lopes de Holanda
(Presidente)

Profª Esp. Andreane do Nascimento Silva
Mestranda do PPGHI/UEA

Prof. Msc. Fabiola Feitosa da Silva
Professora/Seduc

Tefé, 11 de dezembro de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, especialmente minha mãe, pai e irmãos e meus filhos Arthur e Elisa. Agradeço ainda ao professor Yomarley Holanda por aceitar orientar este trabalho. Aos amigos e colegas do CEST-UEA. Aos Agradeço ainda aos professores que aceitaram ler esta monografia. Obrigada a todos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - (DES) ENCONTRO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA.	9
1.1 Narrativa Histórica.....	9
1.2 Narrativa Ficcional.....	12
1.3 História e literatura e o Conceito de representação.	15
CAPÍTULO II - ROMANCE A SELVA E SUA REPRESENTAÇÃO SOBRE OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA, UMA LEITURA À LUZ DO DIALOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA.....	21
2.1 (In) Visibilidades das populações tradicionais.....	22
2.2 O contexto socio-histórico do livro a Selva.....	26
2.3 As representações dos Povos Amazônicos no livro “A Selva”.	31
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
4. REFERENCIAS.....	39

RESUMO

A presente monografia buscar realizar um diálogo entre história e literatura com o objetivo de discutir a forma como os personagens amazônicos são tratados na obra “A Selva”, de autoria do português Ferreira de Castro. O trabalho se justifica tanto no cenário acadêmico quanto no social. Primeiro no sentido intelectual: ele é importante porque lança luz sobre um tema que há tempos é motivo de debate: o encontro entre história e literatura. Uma discussão que pode nos apresentar importantes frutos para o estudo do homem no tempo. O segundo é o social: aqui ele encontra importância uma vez que ambas as áreas estudadas fazem parte do dia-a-dia das pessoas, ainda mais quando é um tema que aborda um período tão marcante da amazônia, que é período da borracha. O trabalho divide-se em dois capítulos. Optamos como metodologia a revisão bibliográfica e análise do livro “A Selva”. O primeiro se importa em apresentar uma discussão sobre o que é narrativa histórica, narrativa literária e o conceito de representação. A segunda parte vai abordar o conceito de povos tradicionais, assim como a visibilidade deste grupo. Discorrerá ainda a respeito do contexto em que a obra alvo desta pesquisa foi escrita. Por fim, será analisado como os personagens são representados no livro estudado.

Palavras-chaves: História; Literatura; Representação, Povos Amazônicos.

INTRODUÇÃO

A presente monografia surge a partir de algumas leituras feitas ao longo do curso. Leituras estas que abrem um novo horizonte, uma nova forma de buscar compreender o passado através do diálogo entre história e literatura. É ainda um interesse que surge aos poucos, como, por exemplo, ao me deparar com autores como Roger Chartier. Como sabemos uma leitura complexa, mas que ao mesmo tempo se mostrou fascinante.

A escolha da obra se deu devido ser um livro que aborda uma realidade comum a muitos amazonenses, que é o ciclo da borracha. Basta uma rápida pesquisa para saber que muitos ao seu redor são descendentes daqueles que vieram para cá com intuito de mudar de vida na extração do látex. Estudá-los é uma forma de conhecer nossa história.

São dos campos de estudo distintos. O primeiro se preocupa com o homem no tempo, com o passado, para tanto, ele se apega em fontes, métodos e teorias a fim de analisar determinada época. O segundo, por sua vez não possui necessariamente rigor científico tampouco compromisso com a realidade: “uma vez que não ira comprometer-se por tentar reconstruir o passado, na proporção em que sua existência justifica-se em um fato ficcional, isto é, não há busca pelo real”. (ANDRADE, 2005, p.23).

Ainda assim, são duas áreas que se encontram e podem travar importantes diálogos para o conhecimento histórico. Neste sentido, vejamos porque este trabalho se justifica. E também que tipo de pesquisa será usado para desenvolver esta pesquisa.

Este estudo se justifica tanto no âmbito acadêmico quanto no social. No primeiro, esta temática encontra respaldo porque propõe discutir a literatura enquanto importante ferramenta para o historiador compreender determinada época.

No segundo, a pesquisa encontra abrigo na interdisciplinaridade, pois poderá contribuir para a literatura seja vista não apenas como uma forma de entretenimento, mas também como meio de entender a história de um determinado povo. Especialmente de um povo amazônico, que é alvo dessa pesquisa.

Aqui é importante destacar o que entendemos por interdisciplinaridade. De acordo com Camila Rosa da Silva (2019) interdisciplinaridade é inter-relação entre

disciplinas que trabalham de maneira próxima, não existindo assim valorização de uma em detrimento de outra. Ou seja, história e literatura não são colocadas como antagonistas, mas sim como áreas que trabalham juntas com uma finalidade próxima.

Como meio de obter o resultado almejado, a pesquisa será de caráter bibliográfico e documental. A primeira parte diz respeito aos textos que fundamentam os principais conceitos do estudo, como, por exemplo, história, literatura e representação. Esta primeira etapa é importante porque põe o pesquisador diante questões que poderão enriquecer seu texto. “A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização de conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas” (SOUZA, OLIVEIRA e ALVES, 2021, p.65).

Ao começar uma pesquisa temos que ter em mente que alguém já estudou aquele assunto antes, lê-los ajudará na construção do nosso próprio caminho de análise, neste sentido, ela, a pesquisa bibliográfica, atua propiciando um norte ao pesquisador, pois, de acordo com estes autores, permite ao estudante um melhor conhecimento do objeto a ser analisado. Tal etapa é necessária ainda porque nos coloca diante possíveis lacunas que possam ser preenchidas por este novo estudo.

A segunda parte é quando serão concentrados os esforços na análise do texto “A Selva”. O uso de texto literário como fonte é uma discussão que vai ocorrer nas próximas páginas quando será possível observar a importante ligação entre história e literatura na construção do conhecimento.

Por fim, este texto é dividido em dois capítulos. O primeiro intitulado “(des) encontro entre história e literatura”. Vai discutir a aproximação, distanciamentos e limites entre história e literatura. Também vai se debruçar sobre o conceito de representação. O segundo capítulo intitulado “romance a selva e sua representação sobre os povos tradicionais na Amazônia, uma leitura à luz do diálogo entre história e literatura” irá abordar o conceito de povos tradicionais, assim como a visibilidade deste grupo. Discorrerá ainda a respeito do contexto em que a obra alvo desta pesquisa foi escrita. Por fim, será analisado como os personagens são representados no livro estudado.

CAPÍTULO I

(DES) ENCONTRO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA.

1.1 Narrativa Histórica

Para construir uma argumentação a respeito de a narrativa histórica ser ou não ciência dialogaremos com três autores. São eles: Bertasso (2017), Reis (2018) Lima (2014), e Paul Ricoeur (2004). Esta opção se fez necessário porque eles colocam a narrativa histórica como o centro de seus escritos.

A discussão com Bertasso¹(2017) nos é importante porque ele nos apresenta um panorama a respeito da narrativa histórica. De acordo com ele, é por volta da década de 1960 que a história se apresenta como destaque enquanto uma ciência humana: “voltando suas discussões e reflexões, principalmente ao trabalho metodológico, deixando de lado aspectos relacionados à epistemologia do conhecimento histórico” (BERTASSO, 2017, 189).

A história aqui é vista como uma área voltada excessivamente para o método enquanto deixa de lado outros aspectos que são importantes para o seu desenvolvimento como ciência. É um cenário não muito distante, pois segundo o autor acima isso ocorria por volta da década de 60 do século passado.

No entanto, o mesmo autor afirma que isto se altera e a história passa sofrer questionamentos a ser respeito do seu “status de científico da história”. Se por volta da década citada ela vinha ganhando espaço, agora o cenário começa a passar por mudanças:

Doravante, tanto intelectuais de outras áreas como historiadores debruçaram-se, sobretudo, em discussões envolvendo o caráter narrativo da historiografia, fato este que desencadeou uma série de impasses sobre qual seria a natureza do conhecimento histórico (BERTASSO, 2017, p.190).

Nos chama atenção que este movimento questionador não surge apenas no entre dos historiadores, mas também parte de outros pesquisadores das ditas

¹ Robson Bertasso é formado em história pela UFPR. Possuindo ainda mestrado pela mesma instituição, onde desenvolve pesquisa relacionada à história da historiografia e também história das ciências Sociais na França.

ciência humanas. Surge aí a discussão sobre a narrativa histórica, onde é colocado em cheque seu caráter científico. Mas se para Bertasso (2017) este movimento de constatação não é tão antigo, Reis (2018) traz outra perspectiva.

Essa discussão sobre a escrita da história já ocorre deste antes do século XIX, que é quando a história se torna uma disciplina profissional: “Além da reivindicação de um estatuto científico, este momento também propiciou o surgimento da historiologia, um discurso meta-histórico preocupado com o trabalho feito pelos historiadores” (REIS, 2018, p.02).

Vemos até aqui que dois autores concordam que a história passou um forte momento de contestação sobre o seu status de ciência. Mas ambos discordam sobre a época que isso com mais força digamos assim. Bertasso (2017) diz que é por volta da década de 1960, já Reis (2018) defende que esta dúvida com relação cientificidade da história é mais antiga e remete o início do século XX. O segundo diz ainda que essa discussão surge junto à “historiologia” que tinha fortes preocupações com a escrita da história.

Bertasso (2017) apresenta o que ele classificou com três grandes tradições da historiologia no século XX, são elas: analítica, hermenêutica e idealista e linguística. As três primeiras tem em comum o período de surgimento, que é por volta do século XIX e início do XX. Possuindo como principal característica o que o autor chama de natureza epistemológica das ciências humanas.

Ainda segundo este autor, a analítica apresenta a narrativa histórica com uma forte ligação com o que ele classifica como lei de cobertura, do filósofo positivista Carl G. Hempel. Já na hermenêutica é quando a narrativa ganha importante espaço nesta discussão por meio de discussões de autores como Paul Ricoeur e Paul Veyne. Por fim último este autor nos traz a tradição idealista. Esta defende que a história é uma construção do presente. Bertasso (2017) diz que é através dessa última ideia que última tradição ganha força, a linguística narrativa. As primeiras possuem em comum a forte influência do positivismo nas ciências, seja ela da natureza ou humanas.

Mas qual seria a natureza epistemológica das ciências humanas? Aqui o autor nos chama para uma discussão importante que envolve a ideia de colocar a história no mesmo lado que as ciências naturais devido a uma forte influência do positivismo. É um debate que estão às três primeiras tradições da historiologia preocupadas com escrita da história.

Essa discussão a respeito da história ser ou não uma ciência é apresentada por Lima (2014). Esta afirma ser necessário aos historiadores especificar melhor o conceito de cientificidade. Aqui é ponto que gostaríamos de chegar, afinal qual o conceito de ciência? História pode ser colocada ao lado das ciências da natureza? Não vamos focar na primeira resposta, pois além de não ser objetivo desse texto, ela levaria muito tempo e espaço tendo em visto sua complexidade. Vejamos a segunda.

As ciências da natureza se preocupam com outra coisa. A biologia, por exemplo, é o estudo da vida, dos seres, desses animais que uma visão comum muitas vezes não enxerga. Há até aquelas que são chamadas de exatas, como é o caso da matemática. Temos ainda as que buscam reproduzir eventos da natureza em laboratório. Ninguém ousa dizer que não ciências, mas a história, por sua vez, não estuda os animais em microscópios e tampouco consegue reproduzir um evento histórico em laboratório. Seria então a história apenas narrativa?

Acreditamos que são diferentes uma das outras, uma vez que possuem objetos de estudo e metodologia diversos. Se pode ou não ser colocada ao lado das ciências da natureza não deveria importar tanto, pois tem seu trabalho voltado para outra questão. A história se preocupa com o homem no tempo, e para ter acesso e descobrir o que cada sociedade fez ao longo do tempo é necessário fontes e também de narrativas. Vejamos agora uma breve discussão sobre isso.

Hélio Sales Gentil realiza uma importante introdução da obra de Paul Ricoeur (2012) em seu livro intitulado “Tempo e Narrativa”. Nele é afirmado que o tempo só se torna humano através da narrativa. Ou seja, é por meio da narrativa a humanidade dá significado ao tempo.

Ainda nesta perspectiva, não se trata de colocar a história como simples tarefa narrativa, mas admitir o pertencimento da historiografia ao campo narrativo. Hélio (2012) prossegue e afirma que Paul Ricoeur busca reconhecer nas ciências da linguagem uma forma de explicação que em absolutamente em nada perde para modelo apresentado nas ciências da natureza. Ou seja, pertencer ao “campo narrativo” não quer dizer menos rigor na escrita da história. Ao contrário, é uma forma de fazer ciência tão qual ocorre entre os cientistas da natureza.

Importante ainda destacar sobre o que Irene Cardoso (2000) chama de “volta da narrativa”. De acordo com esta autora existe um debate entre alguns historiadores a respeito desta temática. Busca-se uma maneira de pensar e também

de escrever a história. Para ela, isto fica evidente na obra de Le Goff na qual diz que: a “história-narrativa” seria “um cadáver que não se deve ressuscitar, porque seria preciso matá-lo outra vez”, porque “dissimula, inclusive de si mesma, opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser enunciados”. (CARDOSO, 2000, p.3).

A citação anterior dá conta do posicionamento de Le Goff a respeito da História Narrativa em prol da história problema. Aqui ele vê o debate sobre narrativa como sendo um retorno ao “antigo modo de escrever história”. Porém, como vimos anteriormente esta é uma ideia simplista, pois discutir a narrativa histórica não é trazer o apenas o factual para o protagonismo, mas sim a história como pertencente ao campo narrativo.

Por fim, a história é uma área de estudo em constante movimento. Já foi puramente narrativa e sem problematizar os fatos, também já houve períodos onde ela só se preocupava em contar as histórias dos grandes feitos e grandes “heróis”, tendo uma limitação no uso de fontes, sendo aceito apenas os chamados documentos oficiais, deixando de lado outros documentos que podem nos contar muito sobre determinada época.

Hoje ela se caracteriza como um campo diverso e aberto a possibilidades aumentou o número de fontes e também enriqueceu o diálogo com outras áreas do conhecimento. História não é esta parada no tempo e sempre busca novas formas de entender uma determinada época do tempo, a junção história e literatura prova justamente isso.

1.2 Narrativa Ficcional

Aqui vamos abordar outro tipo de narrativa, uma forma de escrita que diferentemente da histórica não se preocupa necessariamente com a veracidade dos fatos, que é a narrativa ficcional. Primeiro iremos falar da verossimilhança, depois partiremos para a ideia de “aproximação” na narrativa ficcional, discutiremos ainda sobre os elementos reais que estão presentes em algumas narrativas de cunho ficcional. Também passaremos pela questão da narrativa de ficção enquanto arte que influencia e recebe influência da sociedade onde é escrita.

Primeiro ponto importante da narrativa ficcional é apontado por Andrade (2005). Em sua obra a autora fala da abertura que este tipo de narrativa possui. Ou seja, ainda que o leitor esteja diante de uma obra “concluída”, ainda assim é

possível imaginar outros cenários, outros meios e também outros fins para cada tipo de texto.

O ponto descrito acima é caracterizado pela mesma autora de verossimilhança. Para Andrade (2005) este é um conceito importante para que uma obra tenha uma “teia” de ideia. É um mecanismo importante porque garante que um filme, um livro ou até mesmo uma peça de teatro tenha uma lógica que faça sentido.

Ser verossímil não significa ser verdadeiro, mas sim ser bem costurado. Quer dizer, é aquilo que é possível de ocorrer dentro daquele universo onde a história está sendo narrada. A história precisa fazer sentido naquele contexto. Por exemplo: a narrativa “A Selva” se passa na Amazônia na época da borracha, logo é de se esperar um cenário onde apareça Manaus, seringueiros etc. o leitor estranharia se aparecesse alguém dirigindo uma Ferrari. Mas por quê? Porque fugiria do contexto da obra. Logo, por mais que um texto de ficção não tenha compromisso com o real, ele mantém uma estrutura para dá sentido a narrativa.

Este primeiro ponto é fundamental porque além colocar sentido em uma obra, ele também serve para que um texto tenha algum compromisso com o ambiente onde ele é trabalhado.

Um segundo ponto importante da narrativa ficcional é chamado por Lilia Gonçalves de Andrade (2005) de “aproximação”. Como já afirmado a escrita literária não tem compromisso com o fato, mas busca junto ao leitor, ou como explica a autora, junto ao receptor, uma identificação com aquilo que está sendo narrado. Afinal, ao lermos um romance, um poema, uma revista em quadrinho ou até mesmo um soneto, é comum o leitor se identificar com algum personagem ou acontecimento ali narrado. A escrita ficcional busca isso, vai atrás dessa aproximação ou identificação. Um seringueiro hipotético, por exemplo, a se ver diante da obra de Ferreira de Castro dificilmente não se identificaria com a narrativa ali contada. Isso ocorre justamente porque o autor usou meio para tal.

Um terceiro ponto presente em algumas narrativas de cunho ficcional é a presença de elementos da realidade:

Isto é, o fato de um escritor colocar em sua obra personagens com existência comprovada em documentação, bem como possuir feitos comprovadamente acontecidos: tudo isso é altamente possível, pois serve como um recurso de verossimilhança – que já anteriormente tratamos –, de

persuasão e de veracidade ao que esta sendo aludido pelo ficcionista. (ANDRADE, 2005, p.30)

Este é um recurso, de acordo com esta autora, presente em romance histórico. Geralmente são narrativas carregadas de ficcionalidade, mas com a presença de alguns personagens que de fato existiram. Um livro hipotético pode, por exemplo, narrar aventuras de um personagem qualquer e inserir Zumbi dos Palmares no meio da trama. Zumbi existiu, mas nosso hipotético aventureiro, não. Daí é possível observar que história e literatura trabalham juntas sem que uma exclua a outra, pelo contrario, elas até mesmo se complementam.

O quarto ponto sobre as narrativas ficcionais que trataremos aqui possui certa ligação com o que foi discutido acima, pois buscará discutir a influência da arte sobre a sociedade e a influencia da sociedade sobre as obras de cunho ficcional. De acordo com Renato Suttana (2014) é aqui que surge o problema de analisar as obras literárias como um testemunho da realidade e também como um, nas palavras deste autor, objeto artístico.

O ponto acima é importante porque lança luz sobre os limites de uma obra de ficção. Pois de um lado ela carrega uma serie de elementos históricos, sociais e culturais sobre o tempo em que ela foi escrita e também sobre o tempo em que ela se passa, de outro, ela não deixa ser uma obra artística fruto da imaginação de quem a criou. Neste sentido Suttana afirma o seguinte:

Há, portanto, que fazer um desvio em relação à arte; há que procurar nela não apenas as pistas que se dão a ver como provas da sua profunda inserção social, mas, sobretudo, uma dinâmica de intercâmbios (e eventuais homologias) entre as estruturas sociais e artísticas, que constituirá propriamente o campo de interesse da crítica. (SUTTANNA, 2014, p.02).

Na citação anterior o autor defende que não é apenas necessário buscar na arte, no caso a escrita de ficcional, elementos que traduzem sua ligação com a sociedade. Mas também analisar elementos que traz ligações tanto das artes quanto do meio social.

O livro “Selva”, por exemplo, tem forte ligação com a sociedade quando você faz um análise da arte em si. Lá o leitor encontra elementos de um período histórico e suas características, mas para, além disso, é possível encontrar elementos também artísticos como o conceito de aproximação ou identificação que foi discutido

acima. Ou seja, devemos ler “A Selva” e outras obras sempre com esta ideia na cabeça: tem trações da realidade, mas também possui elementos artísticos.

Carneiro (2013) corrobora com o exposto acima ao afirmar que o texto ficcional não deve ser lido sem ser levada em consideração sua base histórica: “não é recomendável estudá-lo apenas como um reflexo da realidade, e sim considerando os efeitos de sua criação artística, sem ignorar a conexão entre ele e a sociedade”. (p.14). A autora nos fala aqui que é de fundamental importância ao estudar uma narrativa ficcional observar todos os seus aspectos, sejam eles reais ou ficcionais.

Quando nos deparamos com um livro, como, por exemplo, “A Selva” é comum o encantamento diante daquela narrativa. A forma como o autor descreve as paisagens e também a construção de cada personagem ao longo da história é de fato impressionante. Isso tudo é graças ao talento de escrita do autor e sua capacidade de aplicar técnicas artísticas que citamos acima, mas para além desse recurso temos ainda outros aspectos.

Uma prática que não é artística, mas também é de grande importância é aquela que o autor realiza antes de começar a escrever uma obra: a pesquisa. Dificilmente se escreve um livro com fundo histórico sem realizar um estudo antes, este tipo de tarefa é importante, pois garante que se tenha um mínimo de coerência. Um romance hipotético que tenha como fundo, por exemplo, o ano de 1964, certamente sofreria uma análise sobre o golpe militar que ocorreu nesta época antes de ser escrito. Neste sentido, quando um pesquisador qualquer usar tal livro para uma análise histórica ou literária perceberá tais aspectos que são defendidos por Carneiro (2013). A obra terá assim tanto pontos ficcionais quanto irreais.

Vejam que a arte sempre recebe influência do meio. Um livro nunca é neutro. Ainda que o autor não faça pesquisa sobre o período histórico, ou mesmo que sua obra não remeta a um tempo distante, ele sempre trará em si característica de sua época. Um romance escrito hoje, por exemplo, é diferente de um romance escrito há dois anos, pois vivemos em tempos diferentes, é o meio agindo sob a escrita ficcional.

1.3 História e literatura e o Conceito de representação

No presente tópico será discutida a aproximação entre história e literatura, e também discorreremos brevemente a respeito do conceito de representação.

O campo do conhecimento histórico é um tanto vasto. Já consolidado. Há métodos, teorias e fontes constituídas há tempos dentro da historiografia. Mas isso não significa dizer que a história enquanto área do conhecimento humano deva se isolar dentro de sua bolha, pelo contrario, dialogar com outras áreas de pesquisa e estudo é uma atividade importante para enriquecer o debate histórico.

É também um regresso a aqueles que ajudaram a mudar o jeito de fazer historia:

Refletir sobre o dialogo da história com outras disciplinas se caracteriza em regressar a tempos preteridos da historiografia. Analisando as ideias de Marc Bloch e Lucien Febre, percebe que, em 1929, com a criação da chamada escola dos *Annales*, esses historiadores defendiam que a disciplina histórica não deveria se isolar, mas sim estabelecer comunicação com suas disciplinas “vizinhas” (COELHO, 2014, p.89).

Na citação anterior o autor faz referencia a dita Escola dos Annales e seus fundadores. Ele defende que a relação entre história e literatura encontra embasamento por meio da analise da obra de Bloch e Lucien Febre que defendiam a aproximação da ciência histórica com outras áreas do conhecimento. Aqui vemos que essa discussão não é nada recente e já encontrava abrigo com os “pais” dessa escola histórica. Importante pontuar isso porque já excluir críticas que podem desvalorizar essa discussão dentro historiografia atual. No sentido exposto anteriormente, discutiremos a seguir a aproximação ente historia e literatura.

De acordo com Gilberto Ferreira Sena Junior “A relação entre a história e literatura de ficção vem se tornando, nas últimas décadas, cada vez mais produtiva, sendo largamente utilizada pelos historiadores contemporâneos”. (JUNIOR, p.01, 2017). Mais uma vez vemos que esta é um campo já bastante produtivo e nada deve a outras áreas na historiografia.

A história enquanto área de estudos passou por diversas mortificações ao longo do tempo. Tanto em questão de método, teoria quanto de fonte. Um exemplo disso é a, de certo modo, inserção de novos objetos como fontes históricas. Se antes apenas os classificados como documentos oficiais eram dignos de investigação na historiografia, atualmente novos de textos ganharam espaço:

A produção historiográfica vem passando no decorrer do tempo - em especial, ao longo do século passado – por um extenso período de mudanças e reestruturações. Assim, diante das transformações no modo de se pensar a história, surgiu a necessidade de se incorporar novas

possibilidades (fontes) de acesso ao universo sociocultural de determinado espaço/tempo. (JUNIOR, 2017, p.01).

Na citação anterior o autor nos chama a atenção para as mudanças que a vem ocorrendo no seio da historiografia ao longo dos anos. Uma dessas mudanças diz respeito à incorporação de novas fontes ao estudo da história. Sabemos o tanto que a história enquanto ciência já se apegou em escritos oficiais e deixou de lado por anos uma série outras fontes que podem ajudar a construir narrativa e entender determinar época passada. Mas esta é uma característica de outrora, o que temos hoje é cada vez mais uma história que dialoga com outros documentos.

Cainelli (2015), por sua vez afirma que este é um debate crescente no Brasil, encontrando sua gênese a partir de 1990. Ambos concordam que esta é uma prática advinda dita história cultural. Neste sentido, Borges (2010) defende que dentro das diversas vertentes da história cultural aquela que mais ganha atenção é justamente a que busca trazer uma gama de texto para entender sua escrita, linguagem e leitura.

O ponto anterior nos é importante, pois traz à luz a discussão sobre novas fontes dentro da historiografia. Sabemos que este é um debate antigo dentro da história que em seus primórdios tinha como fonte os ditos documentos oficiais, o que deixava de lado outras possibilidades que vem à tona muito graças a história cultural e seus autores que viram um caminho onde outras fontes poderiam ser utilizadas para compreender épocas passadas.

Para Roger Chartier (1999), importante historiador cultural, a relação entre história e literatura pode ser compreendida de duas maneiras. Sobre a primeira, Segundo ele é necessário compreender que, nossa relação com as obras literárias não é invariante tampouco universal. Já a segunda maneira, conforme afirma o mesmo autor se dá de forma contraria a primeira, pois existe uma espécie de instituição literária que possui dentro de si mecanismos importantes na hora do historiador fazer sua análise.

Borges (2010) diz que essa diferença entre história e literatura não parece tão bem resolvida, pois: “se aceitarmos que a primeira pretende realizar uma representação adequada do real que foi e não é mais, e a segunda, em todas as suas formas, é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende abonar-se nele”. (p.99). Aqui o autor faz um critica importante: a literatura possui traços do real, ou

seja, é possível encontrar vestígios verídicos do passado por meio de obras literárias. No entanto, a mesma não possui garantia com isso, sempre cabendo ao pesquisado separar o que lhe é útil e o que deve ser descartado durante uma análise.

Enfim, a literatura e a história se apresentam como duas áreas que podem contribuir para a construção do conhecimento humano. Embora sejam áreas distintas, elas se aproximam especialmente quando a historiografia se abre para novas fontes e também para novos diálogos interdisciplinares.

Pensar história e literatura é também pensar no conceito de representação, afinal tanto em um texto de literatura de ficção quanto em um texto histórico possui personagens representados. Vejamos algumas considerações a respeito deste conceito tão caro a ambas as áreas.

De acordo com Sandra Makowiecky: “Etimologicamente, “representação” da forma latina *‘representare’* – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto”. (MAKOWICKY, 2003, p.03). Ou seja, o ser não precisa necessariamente está em determinado lugar para ser alvo da representação. Basta que alguém ou um grupo coloque represente alguém ou alguma ideia determinada.

Ela prossegue e argumento que este é um conceito de difícil entendimento. Ideia partilhada em partes por Santos (2011) quando defende que falar em representação pode ser um tanto quanto complicado. Primeiro porque não existem muitas publicações em língua portuguesa sobre o tema, o que dificulta para quem esteja iniciando no tema. Segundo, e aí ela faz uma crítica, o que se encontra também é uma abordagem de poucos autores, o que nas palavras dela, coloca o conceito como sendo fruto de apenas alguns teóricos.

Ainda na perspectiva de Malinowski (2003), mas dessa vez com pés firmados em Roger Chartier, a representação é classificado como sendo “ o produto de uma prática. “a literatura, por exemplo, é representação, porque seria o resultado de uma prática simbólica que se transforma em outras representações. Então uma representação vai criando outras. Entendemos justamente isso, que a representação se apresenta como uma prática criadora de outras representações. A literatura, por exemplo, traz dentro de si este conceito, mas não se acaba aí, pois a partir dela outras representações vão surgindo.

Coelho (2014) por sua vez vai à contramão de Santos (2011) e afirma que o conceito aqui exposto é um dos mais estudados entre os historiadores. O que acontece é uma destinação do mesmo conceito. Enquanto os filósofos ou sociólogos abordam de uma maneira, os historiadores, por exemplo, já trabalham de outra. Essa discussão é interessante porque nos chama atenção para algo óbvio, mas que pode passar despercebido: representação não é um conceito fechado e possuidor de apenas um significado, ao contrário, é aberto a diversas interpretações. A seguir vamos ver como ele é trabalhado dentro da história.

Dentro do campo historiográfico este conceito é discutido por diversos autores, mas para fins de síntese vamos apresentar a visão de dois historiadores. O primeiro é o já citado Roger Chartier, o segundo é Pierre Bourdieu.

Coelho (2014) ensina que Chartier buscar apresentar o conceito de representação a partir de dois sentidos contraditórios. Vejamos: “Por um lado, representação faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro é apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa”. (COELHO, 2014, p.95). O primeiro sentido deste conceito chama atenção para a divisão que deve ser feita entre o que representa e o que é representado. O livro “A Selva”, por exemplo, traz em seu conteúdo uma representação dos povos amazônicos, mas não necessariamente as características ali representadas condizem com a população em questão. Há, portanto, uma separação entre uma coisa e outra.

Já para Bourdieu, Coelho (2014) escreve o que ele chamou de o poder das representações. Este age “na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descritos e designado”. (COELHO, 2014, p.95). Interessante esta fala, pois coloca a representação como detentora de uma importante responsabilidade uma vez ela pode realizar alterações na construção social. a representação dos povos indígenas, por exemplo, foi por anos atrelada com a de um povo com pouca aptidão para o trabalho, então até que ponto esta ideia ainda permeia o imaginário das pessoas e das instituições e contribui para a marginalização deste povo?

Para este autor, tanto Bourdieu quanto Chartier argumentam que a representação é uma construção social da realidade onde os “sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os

sujeitos e o grupo ao qual pertence criam representações de si mesmo e de outros grupos”. (COELHO, 2014 p.96)

A citação anterior nos diz que o conceito de representação se dá através da construção de mundo que os sujeitos fazem de si e do outros. Por exemplo: no livro “A Selva” podemos observar a representação do homem amazônico, representação esta feita pelo personagem principal e também pelo autor, ambos europeus. Representação aqui é visão que um grupo tem sobre outro, seja ela uma visão negativa ou positiva. Temos ainda a questão da hegemonia de um grupo sobre outro. Os europeus, por exemplo, construíram uma representação a respeito da população amazônica com muito mais força de expansão, pois possuíam meios disso, como através de crônicas e de gravuras. O que não quer dizer que os indígenas também não construíram sua representação a respeito dos europeus, mas não colocaram em livros.

Enfim, representação é um conceito que pode ter seu significado variado conforme o autor, mas o que nos interessa aqui é como o povo tradicional da Amazônia é retrato no já citado livro. Como este processo pode ser percebido através das entrelinhas ou ainda de forma direta na obra. Importa-nos ver como esse processo de representação vai sendo construindo. Partiremos agora para o segundo capítulo onde será abordado este aspecto e também outros que juntos formam este trabalho.

CAPÍTULO II

2. ROMANCE A SELVA E SUA REPRESENTAÇÃO SOBRE OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA, UMA LEITURA À LUZ DO DIALOGO ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA.

O primeiro capítulo deste trabalho lança luz sobre a aproximação entre história e literatura, proximidade essa que ainda pode ser vista com estranheza por alguns, afinal, podem pensar: história trabalha com fatos históricos, ou seja, com fontes checadas exaustivamente, já a literatura, por outro lado, não possui necessariamente compromisso com a verdade.

No entanto, como vimos na primeira parte da presente monografia, e como ainda veremos, a literatura é uma importante fonte para quem se debruça sobre o ofício de historiador, uma vez que nunca um texto literário surge ao acaso, ele está sempre marcado não só pelo posicionamento político, social, cultural e econômico do autor ou autora, como também traz marcas do período onde o mesmo foi escrito, como por exemplo, o romance de Ferreira de Castro, “A Selva”.

“A Selva” foi publicada em 1930 tendo como autor o português José Maria Ferreira de Castro, que, segundo Coelho (2007) chegou ao Brasil em 1911 mais precisamente em Belém do Pará. Sua estadia na capital não durou muito tempo, um mês apenas, daí ele partiu para o seringal conhecido como paraíso, localizado no rio Madeira. Lá, bem diz o autor, ele conheceria as dificuldades que era viver em um local onde o homem era apresentado ao extremo. Foi com base em nessa vivencia que o seu livro mais famoso ganhou vida.

A obra analisada é um misto de literatura com autobiografia, uma vez que tanto o personagem principal do livro quanto nosso autor viveram as agruras de morar em um seringueiro na região amazônica no século XIX. Período marcado pela exploração da borracha e da chegada de vários homens na selva amazônica. Por esse motivo ela fonte importante para compreender, por exemplo, a representação dos povos tradicionais e indígenas do período narrado no livro.

Enfim, este capítulo se debruçara sobre a supracitada obra e demais textos de apoio e assim buscará analisar primeiro a visibilidade da população tradicional amazônica, o contexto em que a obra foi escrita e por fim a representação dos povos amazônicos no livro “A Selva”.

2.1 (In) visibilidades das populações tradicionais

Para fim de melhor compreensão vamos estabelecer o conceito de população tradicional. “Foi reconhecido o termo “populações tradicionais” para designar certos grupos de habitantes residentes em unidade de conservação”. (CASTRO E OLIVEIRA, 2016, p. 50). No entanto, a presente designação, conforme apresentada pelas autoras anteriormente, é bastante limitada, esta era uma expressão usada para designar apenas grupos que eram considerados de cultura diferente da maioria da sociedade brasileira e que viviam em terras protegidas. Como vemos, é uma definição sem grande profundidade. Porque diz que só é população quem vive em área protegida, deixando de lado povos que não residiam neste espaço.

Para Moraes (2016) as populações tradicionais são aquelas que se auto sustentam, e também criam uma relação de dependência dos recursos naturais: “Assim suas áreas de moradia não podem ser tocadas ou utilizados, o que gera uma consequência ambiental positiva à preservação”. (MORAES, 2016, p.04) Aqui este povo é reconhecido como morador e também protetor da região onde vivem, pois ao usar os recursos disponível eles também ajudam na proteção. Temos ainda a definição legal apresentada pelo mesmo autor:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6040, art.3,1 apud MORAES, 2016, P.03).

Na citação anterior o autor nos traz o decreto que tem como objetivo “legalizar” e reconhecer a populações tradicionais. Nele é apresentado, por exemplo, que comunidades tradicionais são aquelas que se reconhecem como culturalmente diferenciadas e que vivem de tal maneira, usando ainda os recursos do próprio território como meio de sobreviver. Um exemplo é população indígena que vive em aldeias e faz uso da pesca e da agricultura para viver, assim como possuem formas próprias de se organizar social e culturalmente.

Apresentado essas definições, acreditamos que a mais se aproximação de algo ideal é esta defendida por Moraes (2016), principalmente quando falamos em

populações tradicionais na Amazônia. Sabemos que tanto os índios quanto os chamados “ribeirinhos” vivem uma relação de dependência daquilo que é oferecido pela terra como, por exemplo, o extrativismo. Deixando claro que tal definição não é unânime entre os pesquisadores, e que existem abordagens que classificam o termo “populações tradicionais” de uma forma diferente, ou seja, esta discussão está longe de ser esgotada não apresentará aqui, pois isso não é o centro do presente trabalho.

Calegarre (2014) afirma que por volta dos anos 80 do século passado o Brasil dava pouca importância às pessoas que viviam naquele que ele classifica como Áreas protegidas: “Da completa invisibilidade e/ou consideradas como fator antrópico, após conflitos, debates e resoluções, elas passaram a ser reconhecidas por seu valor conservacionista e estimadas como “guardiãs da floresta””. (CALEGARRE, 2014, p. 115).

As autoras Castro e Oliveira (2016) corroboram com esta ideia quando afirmam que é a partir da conferência de Estocolmo, em 1972 e do Rio de Janeiro, em 1992, que assistimos as primeiras movimentações a respeito da preservação do meio ambiente. É nesse período que tal temática passa a ocupar espaço em vários lugares da sociedade civil. É quando também o termo “Desenvolvimento sustentável” ganha protagonismo, e as grandes fábricas são pressionadas a pensar uma forma de produzir sem agredir o meio ambiente.

Veja bem, é uma movimentação ainda voltada para o meio ambiente em si, mas não necessariamente preocupada com a dita “população tradicional”. Mas também é a partir daí que a discussão a respeito dos povos da Amazônia ganha corpo. Castro e Oliveira (2016) afirmam que este protagonismo se dá por diversos motivos. Primeiro porque aqui é onde se encontra uma das maiores biodiversidades do mundo, com uma fauna e flora riquíssima. Além do mais, é o lar de diversos povos com culturas diferentes e até desconhecidas, como, por exemplo, os indígenas que vivem isolados do restante do país.

A Amazônia passa então a ser o centro de discussão sobre a proteção e defesa do meio ambiente, e é dentro disso que as populações tradicionais ganham alguma visibilidade do ponto de vista legal, afinal se você quer proteger a floresta, também terá que proteger os que fazem daquele local seu lugar de sobrevivência. Neste sentido, Calegarre (2014) nos traz alguns resultados obtidos durante a Rio-92. Durante este evento é citado o acordo onde é reconhecido o importante papel das populações tradicionais no processo de conservação das unidades de preservação.

Além disso, também são reconhecidas a identidade e diversidade cultural desse povo.

Temos então os primeiros passos para o reconhecimento dos povos que até então eram praticamente invisíveis perante o estado. Calegarre (2014) nos chama atenção para as APs. Este nos afirma que estas eram áreas até então voltada apenas para conservação do meio ambiente, mas ainda sem levar em consideração a população que ali habitava. Quer dizer, o estado criou um mecanismo com intuito de proteção ambiental, mas “esqueceu-se” de que aquela região era terra de um bom número de pessoas. O resultado não poderia ser outro: conflito entre os ditos protetores ambientais e os moradores da floresta. Foi só a partir daí que estes são inclusos em programas de preservação e proteção ambiental. Interessante notar que foi necessário conflito para só então pensar alguma forma de buscar incluir os povos tradicionais.

Esta mudança ocorre ainda, segundo Calegarre (2014) quando se reconhece a importância do conhecimento da população tradicional na preservação da floresta. A sequência dessa discussão foi a aliança entre diversidade biológica e cultural, que por estarem associadas deveriam ambas ser conservadas, buscando cada vez mais a discutir conservação com base na comunidade tradicional. Primeiro houve conflito já citado anteriormente, visto que ele continuaria, ocorre o justo reconhecimento dos grupos que habitam as regiões que são protegidas por algum programa do estado.

Neto (2019) corrobora com a ideia de reconhecer o conhecimento dessa população quando afirma que embora o conhecimento tradicional esteja presente na sociedade, o mesmo não era levado em consideração quando se falava em preservação. Ou seja, se compreende a existência do conhecimento tradicional, mas ele era deixado de lado quando se pensava maneiras de proteger o meio ambiente. Não existe desse modo essa junção entre diversidade biológica e cultural.

Em se tratando de diversidade cultural, Lopes (2009), afirma que é a partir da constituição de 1988 que este termo ganha importância, mas ressalva que o termo “cultura” é abordado de duas formas. A primeira das formas é apresentada como um bem jurídico, que nada mais é que o direito a cultura que cada povo goza em uma democracia. No caso do Brasil os povos tradicionais tem essa liberdade, mas o que vemos é por vezes o não cumprimento desse direito. Prova disso é não demarcação de terras indígenas ou quilombolas que ainda sofre resistência por uma

parte da classe política e também econômica. O outro sentido de cultura é o antropológico. Aqui segue o princípio de aceitação de uma cultura por outra. O reconhecimento do diferente e o entendimento que não existe cultura superior tampouco mais avançada. O conceito antropológico é interessante, pois reconhece que não existe povo sem cultura como já se chegou a acreditar. Porém, vemos que nossa realidade ainda se baseia em preconceito quando se trata das ditas culturas tradicionais, como, por exemplo, as culturas indígenas que até hoje lutam por reconhecimento.

Lopes (2009) fala da importância do reconhecimento tanto jurídico quanto antropológico. Claro que este reconhecimento é um passo importante tendo em vista dificuldade que algumas culturas ainda enfrentam em nosso território basta uma rápida análise para concluir que a defesa jurídica de algumas culturas ainda é letra morta. Não há uma democracia digna ainda existem povos sendo mortos apenas por sua cultura.

Neto (2019) discorre sobre isso quando diz que o reconhecimento igualitário não é somente necessário para uma sociedade plena, como sua negação representa o caos. Negar o direito a livre expressão cultural e o reconhecimento são desse modo um atrativo para a instalação de governos autoritários ou de democracias com imensa fragilidade. É, portanto, necessário a garantia da visibilidade e acesso garantido de expressão cultural de cada povo.

Rinaldo Arruda (1999) nos chama atenção para outro aspecto dessa visibilidade dos povos tradicionais, que o aspecto autoritário que algumas políticas ambientais trazem para estas populações. Segundo este autor existe uma política de fiscalização que vai a contramão dos direitos das populações tradicionais. Basicamente quando se cria alguma área de proteção ambiental a população que vive próxima é colocada como uma espécie de “protetora de jardim zoológico”, sem que os moradores tenham um acesso mais proveitoso da área. Por exemplo: o governo resolve que vai proteger determinada área para preservação ambiental, mas na hora de realizar estudos não inclui de forma real os moradores próximos, estes acabam ficando apenas como fiscais naturais, mas sem nem mesmo possuir direito de pesca, caça ou extração para sobrevivência.

Ainda neste sentido o autor aponta que devido à instalação de reservas ambientais malsucedidas os moradores acabam ficando contra políticas que visam a proteção do meio ambiente, pois veem nelas semelhança com a prática da grilagem.

Tal situação acaba colocando os moradores em situação difícil, pois para sobreviver acabam desobedecendo a regras de proteção e realizando entre outras praticas pesca predatória. Ou seja, uma politica que visa a proteção acaba jogando a população tradicional contra a lei. Uma verdadeira situação paradoxal pontua Arruda (1999).

Enfim, o que se percebe através desta pequena explanação é que as populações tradicionais ficaram praticamente invisíveis até meados dos 80 do século passado, quando surgem as primeiras preocupações a respeito da defesa e conservação do meio-ambiente. É A partir do discurso de proteção da floresta é que tais povos ganham alguma visibilidade com a criação de leis para proteger e reconhecer essas populações. No entanto, a lei em si é letra morta quando não é aplicada de forma justa e levando em consideração a pluralidade cultural e étnica das poluções tradicionais. É necessário haver desse modo uma maior participação desse grupo na proteção de áreas ambientais. Mas uma participação ativa e que leve em consideração o conhecimento desse povo possui.

2.2 O contexto socio-histórico do livro a Selva

O livro em questão foi escrito e também ambientado na região amazônica nos anos em que corresponde o período fértil da econômica borracheira, mais especificamente nos seringais. Iremos agora discorrer brevemente sobre este período histórico.

Alves (2017) nos chama atenção para o fato do Brasil ter passado ao longo da sua história por diversos ciclos econômicos. Podemos nos lembrar do período do pau-brasil, da cana de açúcar, algodão, do café e, claro, o da borracha. Todos eles passaram por etapas semelhantes. Temos a descoberta, o auge, declínio, recuperação, estagnação e por fim a substituição de um ciclo por outro.

Ainda neste sentido, a autora afirma que o ciclo da borracha, por exemplo, passou pelo processo de substituição logo após sua “descoberta”: “Simultaneamente ao gomífero, desenvolvesse no Vale do Paraíba e no oeste paulista a cultura do café que por estar geograficamente mais próximo ao governo central, recebeu maior importância e investimentos”. (ALVES, 2017 p. 739). Ou seja, logo no inicio a borracha é deixada de lado pelo poder da época uma vez que a localização da planta ficava em terras longínquas enquanto outro produto, o café, era mais próximo do governo. Ressaltando sempre que antes da chegada dos europeus os povos

que habitavam a região amazônica já conheciam o látex, mas sua produção ainda era pequena como veremos mais adiante.

Mas falando em grande comércio, a borracha passou a ser extraída, segundo Rebouças (2013) no século XIX como matéria-prima graças ao processo de vulcanização criado por Charles Goodyear. Por isso houve um aumento da borracha em seu estado natural produzida na Amazônia.

Esta ideia corrobora com a Alves (2017) quando esta afirma que a extração da borracha já ocorria por aqui antes da chegada de estrangeiros. Mas tudo muda a partir da criação de Goodyear, marcando este período como sendo de forte deslocamento de pessoas rumo a Amazônia: “A imigração, em 1830, tornou-se presente, modificando o número de habitantes de Manaus que, após um período de intenso desenvolvimento, que durou cerca de 50 anos, chegou a 47.000 pessoas”. (REBOUÇAS, 2013, p. 06).

É um período como sabemos de muita movimentação populacional, o que torna a região de Manaus um lugar com forte presença de pessoas vinda de outras regiões do país conforme Filho (2010) afirma:

O recrutamento de braços para o trabalho nos seringais da Amazônia foi precedido de ampla propaganda subsidiada pelos próprios Governos dos Estados amazônicos. Benchimol (1977, p.182) lembra que a grande imigração de nordestinos para a Amazônia coincidiu, de um lado, com a grande seca de 1877 no Nordeste, e, de outro, com a alta dos preços da borracha nos mercados internacionais. (FILHO, 2010, p.08).

Na citação anterior o autor apresenta algumas questões-chave para o aumento de pessoas vindo de outras regiões do Brasil para trabalhar nos seringais. A primeira devido ao forte apelo publicitário por parte do governo local que prometia vida fácil e dinheiro idem para quem resolvesse deixar tudo e se aventurar na Amazônia. A segunda diz respeito à forte seca que atingiu o Nordeste e também o aumento do preço da borracha no mercado externo. Então é possível observar que a chegada dos nordestinos em terras amazônicas não se dá apenas por um motivo, mas vários. Passando desde o sonho de enriquecer e fugir da seca até pelo forte preço da borracha que subiu de forma animadora.

Rebouças (2013) corrobora com a afirmativa anterior ao dizer que os nordestinos vinham para a Amazônia com o sonho de enriquecimento, mas o que se

encontrava por essa região era algo completamente diferente. Malária e ataque por parte de alguns indígenas era situação comum enfrentada por esses homens.

Pontuam-se ainda as dívidas que os seringueiros adquiriam neste período. Dívidas que começava ainda no nordeste quando o futuro extrativista já viajava devendo sua passagem para o dono do seringal. Rebouças (2015) lembra que muitos passavam toda sua vida e nunca conseguiam quitar suas dívidas.

Filho (2010) discute sobre a difícil realidade das dívidas que boa parte dos trabalhadores passava. A situação era tamanha que levava muitos a se submeter a jornadas desumanas. Vejam: o trabalhador acordava antes do amanhecer e só voltava no fim da tarde quando muitas vezes o anoitecer já fazia presença. Tudo é claro para ter dinheiro para sobreviver, pagar dívidas e juntar algum centavo para o retorno que podia nem poder ocorrer.

Além de ter que trabalhar em uma região onde muitos nunca haviam pisado, enfrentar ataques por parte de alguns povos indígenas, sobreviver à malária e construir um divida impagável, tinha ainda o processo de extração que era marcado por uma série de questões que dificultava bastante a vida do seringueiro.

Uma dessas questões é levantada por Filho (2010) é o fato da pouca existência de roçados para subsistência de quem desejava plantar. Logo, o seringueiro não tinha muita oportunidade de “ganhar a vida” se não dentro da extração do látex. Isto obrigava a comer o que lhe era servido, que geralmente era enlatado. A conhecida “conserva” de carne bovina, o que provocava grave desnutrição.

O mesmo autor nos diz que o ambiente amazônico em si não poderia ser considerado insalubre, mas que o sistema de produção de borracha criou condições para isso. Quer dizer, embora seja uma terra nova para maioria daqueles homens, é o sistema de extração e o modo que ele operou que deixava tudo mais difícil para quem desejava ser extrativista.

Essa ideia defendida pelo autor nos importa, pois nos coloca diante do seguinte ponto: a vida na Amazônia não era ruim por causa da natureza, mas sim devido às condições que eram criadas pelos donos dos seringais. O autor acima fala que eram encontrados corpos humanos debilitados por falta de alimentos frescos, mesmo em uma região rica de peixes. Quer dizer, você tinha terra, água e também bastante animal para servir de alimento, ocorre que os donos dos seringais criavam barreiras onde era praticamente impossível ter acesso a tudo isso.

O que vemos até o momento é que os seringueiros viviam em uma situação de absoluta dificuldade chegando mesmo a se pensar em trabalho próximo a escravidão: A utilização dos armazéns ou das “vendas”, que forneciam gêneros alimentícios e equipamentos de trabalho, foi prática comum em construções, fazendas, seringais e minas em regiões isoladas. (TRUBILIANO, 2017, p. 55). Vendas essas onde o seringueiro comprava o mínimo necessário e acabava criando as já faladas dívidas. O que piorava a vida do seringueiro. Vejamos agora como se dividiu o processo de exploração do látex.

Segundo Trubiliano (2017), a exploração da borracha se dividiu em dois modelos, o “caboclo” e o “apogeu”. Neste primeiro modelo o seringueiro possuía autonomia frente ao dono dos chamados “barracões”. Esta primeira etapa de exploração ainda não tinha muita força e era realizada por indígenas e alguns nordestinos. Esta era, digamos assim, de pouca expressão e não contava ainda com a presença de estrangeiro, como, por exemplo, os asiáticos. Também não havia as casas de vendas onde o trabalhador fazia suas dívidas astronômicas.

O segundo modelo, conforme o mesmo autor é classificado de “apogeu”. Nesta etapa é que temos auge da economia da borracha. Ela se desenvolve no fim do século XIX e início do século XX. Aqui o extrativista perde sua autonomia frente aos grandes donos de armazém. Quem se dedicava a esta atividade o fazia de forma exclusiva, ou seja, não mais era uma atividade complementar, agora toda sua força de trabalho era dedicada a esta tarefa. Se antes você pescava, caçava e extraía o látex, agora o trabalhador alienava-se em uma única atividade.

De acordo com o autor supracitado, tanto o primeiro quanto o segundo modelo os trabalhadores eram formados por índios e nordestinos, mas o modelo apogeu apresentou algumas diferenças:

[...] seu recrutamento se insere num contexto de coerção – muitas vezes, foram enviados para regiões remotas; o isolamento e o policiamento exercido pelos jagunços são elementos que nos ajudam a compreender o controle sobre o trabalhador. (TRUBILIANO, 2017, p. 56).

Na citação anterior vemos o tanto que nesta segunda etapa o trabalhador perde quase que por completo o controle de seu trabalho e passava a exercer seu ofício para outro, praticamente uma relação de servidão forçada.

Este verdadeiro controle é apontado por Alves (2017) quando nos afirma que: “[...] os seringalistas tinham amplo poderes sobre o seringueiro”. Se este

estivesse em débito com o seringalista, o que ocorria na maioria das vezes, o seringalista poderia caçá-lo, com ao auxílio do poder do público, e recebê-lo de volta. (ALVES, 2017, p. 742). Vejam: se o seringueiro resolvesse ir embora, o dono do seringal podia acionar a justiça para tê-lo de volta. É como se o trabalhador fosse objetos sob posse dos grandes donos de armazém, e o estado sempre ali para dá apoio. Realidade que nos lembra da escravidão negra.

Logo, o que observamos são trabalhadores que além de viver em um ambiente muitas vezes hostil, ainda eram obrigados a trabalhar em condições quase desumanas, pois, como afirma Trubiliano (2017) os seringueiros além de serem coagidos ao trabalho, também acabavam acumulando dívidas que era praticamente impagável, o que criava uma relação de dependência. Havia, segundo este autor, um monopólio de venda e compra que criava este ciclo vicioso e prendia o trabalhador dos seringais quase que sua vida toda. Afinal, você não tinha onde comprar, também não tinha muito dinheiro tampouco podia pescar ou plantar, o que restava era comprar o que os donos de armazém vendiam.

Este é um pequeno quadro da vida de um seringueiro no auge do período borracha época marca por um grande fluxo imigratório de pessoas que alimentavam o sonho de enriquecer, mas que ao chegar à região amazônica se deparavam com uma realidade completamente diferente. Realidade essa que não era necessariamente causada pela natureza da região, mas sim em grande parte fruto de um processo consciente dos donos de seringais que via nos trabalhadores uma forma de exploração e ganho fácil de renda.

Por fim, Segundo Alves (2017), ao auge da borracha se deu até meados de 1911 quando assistimos uma queda na exportação deste produto. Foi neste período que a Coroa Inglesa deu um grande golpe na plantação brasileira ao cultivar a planta em suas colônias. Com a aplicação de técnicas de plantios os ingleses conseguem oferecer ao resto do mundo uma grande quantidade de borracha a preço baixo, quebrando assim o mercado brasileiro.

Para piorar a situação dos empresários da borracha, Alves (2017), diz que o estado brasileiro resolveu que não iria fazer nada para reverter esta situação. Portanto, não contaram com investimento público para tentar salvar a extração do látex.

Este é o cenário onde Ferreira de Castro ambientou aquela que talvez seja sua mais formosa obra, "A Selva", livro que é um misto de ficção e realidade, muita

vezes se parece uma autobiografia, uma vez que o autor, assim como o personagem principal, viveu na região amazônica. Partiremos agora para uma análise do referido texto em busca de observar como o Castro representou o povo que aqui vivia na época de sua obra.

2.3 As representações dos Povos Amazônicos no livro “A Selva”

Nesta etapa, buscaremos em um primeiro momento apresentar algumas características do livro e também de Alberto, o personagem principal, para só em seguida discutir a forma como autor e personagem representavam a população amazônica.

O livro em questão é uma brilhante narrativa sobre Alberto, um português que se viu obrigado a se exilar na Amazônia devido seu posicionamento político, o mesmo era monarquista, mas tal regime foi preterido pela republica. O que o deixou politicamente órfão.

Alberto, nosso personagem principal, vivia então com seu tio, Macedo, mas este já com poucos recursos para manter a si e seu sobrinho, resolve convencer Alberto a trabalhar em um seringal com a promessa de ficar rico, promessa essa que todo seringueiro naqueles tempos recebia, diga-se de passagem. Nosso personagem ainda que receoso termina por aceitar e parte rumo ao seringal Paraíso, dando início assim nossa análise sobre como o autor e personagem descrevem os povos que lá viviam.

A narrativa já coloca o leitor diante um cena curiosa. Tio Macedo, proprietário da flor da Amazônia, trava um ligeiro dialogo com Balbino, auxiliar de Juca Tristão. O assunto: o primeiro reclamava para o segundo da fuga de seringueiros que um conhecido deste havia conseguido pelo nordeste. O que nos interessa nesta fala é conteúdo saudosista do período escravocrata que outrora era pratica legal no país: “Ah, bom tempo em que havia aparelho e tronco! Então, esta canalha andava mesmo metida na ordem! Hoje, não se prende ninguém por dívidas e dizem que já não há escravos”. (CASTRO, 2015, p. 14). Lembrando que na época se um seringueiro resolve fugir do seringal o seu chefe poderia acionar os órgãos públicos e buscar de volta o fugitivo. Uma clara cumplicidade do estado com a situação precária dos trabalhadores. Aqui nesta primeira análise já vemos a difícil

relação entre seringalista e seringueiro. O primeiro via o segundo quase como uma máquina de trabalho, e que se faltasse com seus afazeres merecia castigo.

A conversa prossegue e logo é possível ficar diante de uma das marcas deste período: a forma que os homens eram aliciados para trabalhar na Amazônia: “Vem um homem a fazer despesas, a pagar passagens e comedorias e até a emprestar dinheiro para eles deixarem às mulheres” (CASTRO, 1995, p.15). Basicamente quem era aliciado para trabalhar neste ambiente eram os nordestinos. Os motivos já foram descritos acima, fato é que a propaganda forte do governo e a seca do nordeste eram elementos essenciais para convencer alguém a trabalhar na Amazônia. Imagina, você vive em uma região de pouca água, vem então o governo e lhe diz que tu podes fazer fortuna longe dali, de fato não é difícil entender o porquê muitos acabam por embarcar nessa vida.

Outro ponto importante a ser destacado no princípio da obra é a característica daqueles que eram selecionados para o trabalho no seringal. Negros e fisicamente fortes tinham preferências. Em uma parte do texto o autor chega a dizer que a idade máxima era quarenta anos, pois segundo ele os seringais não era lugar para pessoa fraca, era necessário um bom porte físico para ser aceito no trabalho.

Voltando com o nosso personagem principal, o português Alberto, como já explicado, era um fiel defensor da monarquia. O mesmo via a democracia como uma ferramenta capaz de destruir tudo de bom que os reis criaram. Para ele, os trabalhadores dos seringais eram pessoas inferiores e, portanto incapazes de participar de um regime “do povo”. Em determinado momento do texto ele chega a chamar os povos amazônicos de “humanidade primária” que “atrasavam o mundo”.

Ele não via na democracia uma forma não genuína de governo. Para ele pessoas que não os monarcas não poderiam ter o poder e tampouco eram capazes de governar. Em sua visão o mundo deveria ser governado por poucos, no caso os monarcas, e a democracia era inútil. Observamos ao longo de todo texto esta visão colonizadora de Alberto, pois para ele o europeu era superior e, portanto digno de ser dono dessas terras.

Iremos discutir agora a forma como o livro “A Selva” representa especificamente tanto o “caboclo” quanto o indígena na Amazônia. Dois personagens que são fundamentais para entendermos não somente o livro, mas também o período da economia da borracha.

Nesta primeira abordagem, amparado por Borges (2013), nota-se um forte olhar colonial quando se tratava de terras. Ou seja, tanto o narrador quanto o personagem do livro sentiam-se donos legítimos das terras amazônicas. Para ambos o caboclo era alguém sem ambição, e a terra amazônica pertencia ao europeu, pois tinha internalizado nele a ideia de posse uma vez que seus ancestrais haviam “conquistados” aquele lugar no passado.

O posicionamento apresentado acima nos remete aquilo que foi discutido no primeiro capítulo quando abordamos o conceito de representação. Lá trataremos que os sujeitos criam “representações de si mesmos e de outros grupos”. Alberto, um português que tem sua visão de mundo intimamente ligada com a representação de si e dos outros. Ou seja, ele se vê representado como o moralmente superior ao caboclo, e, portanto dono das terras. Era um monarquista, afinal, então via essas terras como sendo “do rei” uma vez que tinham sido “conquistadas” por este. Esta é uma ideia que o personagem em questão tinha, era uma visão dele que recai sobre os povos amazônicos com quem teve contato ao longo de sua jornada.

A fala seguinte aborda um tema muito recorrente no período da colonização: a animalização do povo amazônico. Primeiro os índios e depois os caboclos: A árvore solitária, que borda melancolicamente campos e regatos na Europa, perdia ali a sua graça e romântica sugestão e, surgindo em brenha inquietante, impunha-se como um inimigo. (CASTRO, 1995, p.65). Nesta fala o narrador traz também uma romanização do ambiente, que segundo ele “bonito e saudável” vira um lugar inóspito devido ao povo que ali vive.

Nesta perspectiva Borges diz que: Alberto não é o português colonizador dos séculos XVI e XVII, mas o colonialismo permanece enquanto discurso. (Borges p.152, 2013). Claro que o personagem principal não é o colonizador que outrora viveu em terras brasileiras, mas o mesmo carrega em si a representação que foi construída neste período. Ele não via o índio e caboclo com seres inferiores apenas porque isto era uma questão moral individual sua, mas sim porque era uma ideia compartilhada por muitos portugueses naquela época. Era uma visão construída já há bastante tempo.

Uma próxima fala em especial nos chama atenção. De acordo com Alberto, o dito caboclo possui regalias dentro do castanhal frente ao português. Para ele este personagem possuía regalias referente a sua “raça” , ou seja, aquilo que o caboclo

conquistava dentro do castanhal nada a ver com mérito pessoal, mas sim devido sua origem.

Nesta perspectiva Braga diz que: “[...] O narrador cria o estereótipo do caboclo, preguiçoso e sem ambições”. (BRAGA, 2013, p.153). Aqui o “caboclo” é visto como possuidor de privilégios por ser morador daquela região. Também é visto como homem pouco feito ao trabalho, sendo chamado de preguiçoso. É uma fala que se repete ao longo do texto. O português sempre sendo mostrado como possuidor de grande força e firme no trabalho, enquanto o homem da Amazônia é apontado como sendo seu oposto.

No que diz respeito à representação feita dos indígenas, estes são representados “parintintins”:

Às vezes, se passam muitos anos sem eles virem; outras vêm a seguir. Depois que eu estou aqui, já vieram três vezes; uma a Todos- os- Santos e duas a Popunhas. Quando não têm cabeça de civilizado para dançar, vêm buscar uma... — E Firmino mostrou todos os dentes, num sorriso que a Alberto pareceu um esgar trágico. — Quando não há cabeça de homem, levam de criança, de cachorro e de gato, de tudo que aparece. Deitam fogo barraca e arrasam a mandioca e o canavial. Não podem ver um civilizado.... (BRAGA, 1995, p. 68,).

Na citação anterior, o autor faz uma breve descrição de certa população indígena, no caso os parintintins. Estes são visto como não civilizados, como selvagens. O que se observa ainda é uma visão da população indígena como não humanos e com pouca ou nenhuma chance de ser “civilizado”. Entende-se por “civilizado” o ato de aderir ao modo de vida do branco. Ao longo do livro o nosso personagem principal defende, por exemplo, que só haverá “bondade” no indígena quando este desaparecer.

Esta leitura dos povos indígenas como ser não “civilizado” nos remete aos primeiros colonizadores que por não compreender o modo de vida dos habitantes do “novo mundo” foram logo classificados como selvagens. Percebe-se ai uma forte visão colonizadora ainda arraigada nos personagens.

Por haver o entendimento de que o indígena não poderia alcançar a civilização ele logo era ameaçado ou até mesmo morto, conforme é o relato acima. Ameaça de morte e até mesmo morte foi fato comum durante o processo civilizatório, como sabemos milhões de indígenas foram mortos ao longo desse processo. Esta ideia de morte ao “nativo” vai sendo apresentada ao longo do livro o que nos faz crer que era

prática comum no período da borracha o conflito entre indígenas e donos de seringais.

Alberto se vê em um ambiente novo, mas sua representação de mundo está totalmente atrelada à visão do colonizador. Para ele tanto o “caboclo” quanto o indígena são povos que estão abaixo do homem europeu. Ainda que Alberto esteja em condição de igualdade enquanto seringueiro, o mesmo carrega crença que sempre vai ganhar cargo importante dentro do contexto da extração da borracha pelo fato de ser europeu.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia foi um esforço em mostrar a possibilidade de aproximação entre história e literatura. a é mesma dividida em duas partes. A primeira buscou apresentar alguns pontos importantes que diferem e aproximam ambas as áreas de estudos, assim como também apresentou uma definição do conceito de representação.

Vimos ainda alguns pontos a respeito da narrativa história e narrativa ficcional. No primeiro foi possível observar o quanto que a história foi e ainda é um local de disputa.

Primeiro ela ganha espaço entre as ditas ciências sociais, mas logo depois assistimos o seu status de “ciência” sendo colocado em questão tanto por historiadores quanto por outros cientistas sociais. Importante destacar os caminhos que a história percorreu para incluir outros documentos como fonte. Vimos que antes ela tinha nos documentos oficiais sua única forma fonte, mas com os Annales e também com pesquisadores da historia cultural vimos essa realidade se alterar, sendo possível incluir outros texto e possibilitar uma melhor relação entre história e outras área.

No segundo ponto a discussão girou em torno da narrativa ficcional e seus elementos. Vimos que algumas características, como, por exemplo, a verossimilhança marca este tipo de escrita e permite que o mesmo possua sentido ainda que não tenha compromisso com os fatos reais. Esta parte é especialmente importante, pois traz os mecanismos artísticos que um autor busca para produzir determinada obra. Ou seja, não fruto do acaso, há um conjunto de elementos que juntos fazem uma obra ganhar sentido.

Foi ainda possível analisar que a arte não é neutra, ou seja, ela não age sem receber influencia do seu tempo. Além do mais, a mesma pode tanto receber quanto influenciar o seu entorno. É comum, por exemplo, certas questões sócias mudarem devido a forte influência de um dado movimento artístico. Logo, para além de entreter, a arte como a literatura tem a capacidade de alterar e nos mostrar o sentido real de alguma coisa.

Ainda no primeiro capítulo foi discutido de forma breve o conceito de representação e sua ligação com a história e literatura. Com ênfase na abordagem de Roger Chartier e Pierre Boudieu. A representação apareceu como um conceito

importante nesta pesquisa porque é através dele podemos observar como se dá e também porque ocorre uma determinada relação entre os personagens do livro aqui discutido.

A segunda parte se preocupou em definir o que é população tradicional amazônica e por fim analisamos a forma que a obra de Ferreira de Castro, *A SELVA*, representa os povos que viviam na região amazônica durante o período do ciclo da borracha.

O segundo capítulo, como já explicado, discutiu o termo população tradicional. Vimos que existem aquelas definições proposta por estudiosos e também aquela que foi definida por meio de um decreto. Essa discussão nos propiciou analisar o cenário das populações tradicional hoje. Se por um lado elas possuem uma garantia jurídica de exercer o seu modo de vida, de outro vimos que isso pouco ocorre de fato. Não faltam exemplos de povos tradicionais que tem sua cultura ora negada, ora perseguida até mesmo por aqueles que deveriam protegê-la, como no caso do estado. O estado, como analisado, implementa reservas de proteção que acabam prejudicando ao invés de ajudar as populações de um determinado lugar. Nesta parte também foi possível analisar o pouco interesse político, social e jurídico a respeito dessa população.

Ainda nesta parte discutimos o contexto socio-histórico onde o livro “A Selva” é retrato. Essa parte é importante, pois coloca o leitor diante do cenário onde o livro se passa, ajudando assim na compreensão do mesmo.

Como sabemos, ele se passa em um período de forte movimentação econômica, que foi a economia da borracha. Época de grandes construções e também de forte movimento populacional interno.

Foi possível observar, por exemplo, que este foi um período histórico marcado por dois grandes momentos. O primeiro caracterizado pela autonomia do seringueiro frente aos grandes donos de armazém. O segundo marcado pela forte presença de nordestinos e perda de autonomia dos seringueiros. Se no primeiro o homem responsável pela extração do látex tinha nesta uma tarefa comum do dia-a-dia, onde ele podia complementar com caça ou pesca, no segundo ele perde tal autonomia e passar a ver na profissão de seringueiro sua única fonte de renda, não necessariamente por uma escolha, mas sim devido as dividas que este assumia ao longo de sua vida. é um contexto de grande movimentação econômica da região, mas com um sistema que não enriqueceu aqueles que trabalhavam diretamente

com a extração do leite da seringa, pelo contrario esse grupo acumulou, entre outras coisas, dividas. Situação essa que tornava o seringueiro um verdadeiro prisioneiro, pois não podia sair dos seringais sem antes pagar o que deviam.

Vimos também que dois tipos de humanos são representado no livro: o “caboclo” e o “indígena”. O primeiro é apresentado como alguém pouco capaz de cuidar da própria terra, reproduzindo assim o discurso do colonizador como o legitimo herdeiro das terras amazônicas por ser, no dizer do autor do livro de Alberto, donos morais daquele lugar.

O segundo é representado como “selvagem” e incapaz de viver no mundo “civilizado”, reproduzindo mais uma vez a fala do colonizador quando observa o indígena como alguém de um povo capaz de se organizar socialmente.

Observamos ainda que tanto autor quanto narrador possuíam visões de mundo semelhante, uma vez que ambos mostraram os personagens amazônicos com pouco valor moral e até mesmo sem grande capacidade cognitiva.

É uma visão longe de ser isolada, basta lembrar que a escravidão negra havia acabado há pouco menos de um século, então não era nada que o homem branco visse o indígena e também o caboclo como grupos de pouco valor. Visão que vai sendo apresentada em todo o livro.

Enfim, este trabalho foi um esforço na busca pela discussão entre história e literatura. Foi uma pesquisa que surgiu ao longo do curso e agora ganha forma de monografia. Acreditamos que este é um campo que muito precisa ser explorado com o fim de compreender melhor a aproximação e o distanciamento entre as duas disciplinas. Foi também um estudo que se preocupou com as populações tradicionais da nossa região e a forma como ela é vista tanto pela lei quanto por autores que discutem essa temática. Vimos que estes povos estão por vezes a margem daquilo que o estado deveria oferecer, como, por exemplo, inclusão em projetos que envolva a proteção do meio ambiente. Ou seja, construir meios de preservar, mas sem esquecer-se dos povos tradicionais que habitam determinada região.

4. REFERENCIAS

- ANDRADE, Lilia Gonçalves De. **Narrativa Histórica e Narrativa Literária: Pontos e Contrapontos**. Biblos, 17: 23-31, Rio Grande. 2005.
- ALVES, Valdeniza de Almeida. **O ciclo da borracha na Amazônia: nas linhas da história e nas entrelinhas da literatura**. Ufam. 2017.
- ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente e sociedade – ano II nº 5 - 2ºSemestre 1999.
- BERTASSO, Robson. **História e Narrativa: princípios conceituais**. Revista Vernáculo n. 40 – segundo semestre, Paraná, 2017.
- BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3. Goiás, 2010.
- BRAGA, Debora Renata de Freitas. **A selva, de Ferreira de Castro: representações das margens e das minorias**. Revista língua e literatura, 2013.
- CAINELLI, Marlene Rosa. **O Uso da Literatura como fonte histórica e a relação entre história e literatura**. VII Congresso Internacional de História, XXXV encontro de Geo-história regional, XX semana de história. Londrina, 2015.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar. **Povos e Comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica coletiva**. Ambiente e sociedade. São Paulo v. XIII n.3 p. 115-134. 2014
- CARDOSO, Irene. **Narrativa e História**. Tempo Social; USP, São Paulo, 2000.
- CARNEIRO, Ana Paula Lima. **A Representação da figura feminina em “A Dama das Camélias” de Alexandre Dumas Filho e “Lucíola” de José de Alencar: uma análise comparativa**. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, 2013.
- CASTRO, Ferreira De. **A Selva**. Edição comemorativa. 1995.
- CASTRO, Roberta Amorim. OLIVEIRA, Myriam Cyntia. **Os termos “populações” e comunidades tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico**. Mundo amazônico, 2016.
- CHARTIER, Roger. **Debate – Literatura e História**. Conferência proferida por Roger Chartier, em 5 de novembro, Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 1999.
- COELHO, Fabiano. **Conceitos “Cultura” e “Representação”: Contribuições para os estudos históricos**. Fronteiras: Revista de História. Dourado, MS. V.16. Nº 28. 2014.

COELHO, Maria Adelaide Antunes de Brito: **A Selva: do Romance de Ferreira de Castro ao filme de Leonel Vieira**. Dissertação de mestrado. Universidade Aberta, 2007.

FILHO, Antônio David Fadel. **Riqueza e miséria do ciclo da borracha na amazônia brasileira: um olhar geográfico por intermédio de Euclides da Cunha**. GODOY, PRT. , org. História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia. São Paulo, 2010.

JUNIOR, Gilberto Ferreira Sena. Realidade Versus ficção: **A literatura como fonte para escrita da História**. 2017

LIMA, Ana Paula dos Santos. **História é Ciência? Consideração sobre a lógica da pesquisa científica**. Revista Ciência & desenvolvimento. V.7, 2014.

MAKOWIECKY, Sandra. A Palavra, A Ideia, A Coisa. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Nº 57, Dez/2003.

MORAES, Neuza de. As Comunidades Tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. 2016

REBOUÇAS, Agostini. **Ciclo econômico da borracha – seringueira haveas brasiliensis**. 2013

REIS, Aaron Sena Cerqueira. **A Narrativa histórica em questão**. Ponta de Lança, V.12, N.23, jul. dez. São Cristóvão, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Natureza. 1 intriga e narrativa histórica**. São Paulo, 2012.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho. **A cerca do conceito de representação**. Revista da História Ano 3, Número 6, Universidade Federal de Goiás, Dez/2011.

SOUZA, A.S. OLIVEIRA, S.O; ALVES, L.H. **A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

SUTTANA, Renato Nésio. **Literatura e Sociedade, Mais uma vez: Uma reflexão com Norbert Elias**. 2014.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia**. Diálogos online, v.21, 2017.